



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Nobuaki Yamauti, Nilson

A aplicação da teoria marxista de Estado na interpretação do golpe militar de 1º de abril de 1964

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 28, núm. 2, 2006, pp. 219-239

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324782011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A aplicação da teoria marxista de Estado na interpretação do golpe militar de 1º de abril de 1964

Nilson Nobuaki Yamauti

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: nilson.yamauti@uol.com.br

RESUMO. Expomos neste artigo o relato do processo histórico que redundou na deposição do presidente João Goulart no dia 1º de abril de 1964. A preocupação em observar a cronologia dos fatos é o procedimento metodológico que orienta este relato. Em termos factuais, pretende-se construir uma interpretação para as seguintes questões: se o presidente da República dispunha do controle das Forças Armadas e dos sindicatos por que foi deposto sem manifestar qualquer reação? A deposição do chefe de Estado decorreu de sua intenção de realizar reformas estruturais com o apoio da classe trabalhadora? Em termos teóricos, pretende-se verificar se foi o caráter burguês do Estado que inviabilizou um governo apoiado por sindicatos e por um partido de base operária confinado à ilegalidade. Com base na teoria marxista de Estado, concluímos que Goulart foi deposto por não considerar a distinção entre política institucional e política revolucionária.

Palavras-chave: Teoria marxista de Estado, golpe de Estado, golpe militar de 1º de abril de 1964, governo João Goulart, Ciência Política.

ABSTRACT. The application of the Marxist theory of state in the interpretation of the coup d'état of April 1st, 1964. The report of the historical process that caused the deposition of president João Goulart is analyzed in this article. The concern in observing the chronology of the facts is the methodological approach that guides this report. In factual terms, the aim is to build an interpretation for the following questions: if the President had the control of the Army and the trade unions, why was he deposed without any reaction? Did the deposition of the President arise from his intention to develop structural reforms with the support of the working class? In theoretical terms, the aim is to verify whether it was the bourgeois characteristic of the State which made unfeasible a government supported by unions and a worker class party confined to illegality. Foregrounded by the Marxist theory of state, it is possible to conclude that Goulart was deposed for not considering the distinction between institutional and revolutionary politics.

Key words: Marxist theory of state, coup d'état, military coup of April 1st 1964 in Brazil, João Goulart's administration, political science.

Introdução

Existe uma vasta literatura sobre o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1964. A maioria das interpretações realizadas não leva em grande conta o relato linear do processo histórico que redundou na deposição do presidente da República. Mais precisamente, não observa, com maior rigor, a cronologia dos fatos. Sugerimos que tal procedimento afeta suas conclusões, inclusive de ordem teórica. Apresentaremos neste artigo o relato sequencial dos últimos dias que antecederam o golpe militar tomando como parâmetro, sobretudo, o noticiário da imprensa.¹

Com essa postura metodológica, não pretendemos sugerir uma descrição dos fatos que pudesse ser identificada com a *verdade*. Estamos cientes de que os documentos consultados apresentam pontos de vista contaminados ideologicamente e que, além disso, estão longe de esgotar o relato dos fatos ocorridos. Propomos, apenas, que o respeito à sucessão cronológica dos fatos pode elucidar certos aparentes paradoxos que despontaram das interpretações já realizadas. Por

¹Reproduzimos neste artigo, com alterações, dois capítulos de uma Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, realizada com o suporte institucional do CNPq (Yamauti, 1994).

exemplo, em nosso entendimento, continua sem elucidação o seguinte fato. O presidente da República contava com um controle muito bem articulado das Forças Armadas e dos sindicatos, além de dispor do apoio dos grupos de esquerda e de parte considerável da opinião pública. De fato, consultando os jornais e revistas da época, observamos que predominava o consenso de que Goulart contava com os recursos necessários para implantar uma república sindicalista no Brasil. Por que, então, ele foi deposto de forma tão fulminante, sem manifestar qualquer reação? Sua deposição teria resultado do fato dele pretender realizar reformas estruturais, como a reforma agrária, apoiado por partidos de esquerda num contexto de guerra fria quando se exacerbava a radicalização política e ideológica?

Em termos teóricos, faremos a discussão de duas proposições. 1. Não foi o caráter burguês do Estado que inviabilizou um governo apoiado por sindicatos e por um partido de base operária-campesina confinado à ilegalidade; 2. As mobilizações da sociedade civil patrocinadas pelo chefe de Estado com a finalidade de ampliar seus recursos políticos contribuíram para desestabilizar o seu governo.

O relato cronológico dos fatos vai subsidiar a discussão dessas duas proposições. Essa discussão, por sua vez, terá em vista oferecer subsídios empíricos à teoria marxista de Estado ao mesmo tempo em que nela se ampara.

A crise na marinha

Em dezembro de 1963, a nomeação do almirante Cândido Aragão, ex-assessor do general Osvaldo Ferreira Alves, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, aumentou a inquietação que existia na Marinha. Essa nomeação havia sido uma exigência feita pelos grupos reformistas ao Presidente da República e este a atendeu com a intenção de conquistar apoio para a aventura política que pretendia empreender em 1964.

Por considerarem deplorável a nomeação de um almirante esquerdista no comando de uma das unidades estrategicamente mais importantes da Marinha, 26 oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais encaminharam ao ministro Sílvio Mota um documento de protesto. Estes oficiais assinalaram que a promoção apresentava um caráter eminentemente político. Para preservar o princípio da hierarquia e da disciplina, o ministro foi obrigado a ordenar a prisão destes oficiais, mesmo concordando com eles (O Estado de S. Paulo, 3/12/63; 4/12/63).

O almirante Aragão tornava evidente que

assumia o comando do Corpo de Fuzileiros Navais para cumprir uma missão bem específica. Ele passou a ser apontado pelos oficiais como o instigador da indisciplina reinante na Marinha de Guerra (Branco, 1975, p. 214). Estavam ocorrendo greves de fome coletivas nos navios e o ministro Sílvio Mota havia determinado a prisão dos líderes do movimento dos marinheiros. O almirante Aragão exigiu a revogação da prisão e ameaçou articular uma campanha contra as atitudes do ministro da Marinha que ele considerou reacionárias. Declarou, em tom de ameaça, que recorreria ao apoio de sindicatos, do movimento estudantil e de parlamentares nacionalistas, se necessário (Schilling, 1979, p. 59-60; O Estado de S. Paulo, 24/1/64; Revista Manchete, 8/2/64). O comandante dos fuzileiros revelava, dessa forma, que era um militar politicamente engajado. Chegou a enviar alguns fuzileiros navais a Belo Horizonte para compor a segurança pessoal de Brizola no comício que o deputado realizaria na capital mineira (O Estado de S. Paulo, 7/3/64). Como resultado da missão desempenhada pelo exaltado almirante, os marujos tornaram-se ouvintes assíduos dos discursos de Brizola transmitidos pela rádio, bem como leitores do seu jornal, *O Panfleto* (Schilling, 1979, p. 59-60).

Em fevereiro de 1964, para reforçar o intenso trabalho de politização que vinha sendo realizado na Marinha, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu uma atividade especial para os marinheiros e fuzileiros navais no auditório do Ministério da Educação. Essa atividade consistiu na projeção do filme *O encouraçado Potemkin*. A exibição da obra-prima do diretor russo Eisenstein estava proibida no Brasil. O filme, que narra a rebelião dos marinheiros do Potemkin, em 1905, na Rússia, era considerado impróprio para marinheiros por promover a incitação à indisciplina e a subversão nos navios. Durante a sessão, o filme mudo foi comentado para que os espectadores pudessem concluir que movimentos de caráter reivindicatório podem progredir e assumir proporções de uma sublevação revolucionária (Cf. Stepan, 1975, p. 149; O Estado de S. Paulo, 28/2/64; 3/3/64).

Dirigentes sindicais do Rio de Janeiro vinham comparecendo às assembleias de marinheiros e fuzileiros navais para transmitir instruções e manifestar apoio às suas reivindicações (O Estado de S. Paulo, 1º/2/64, 4/2/64). O ministro da Marinha, Sílvio Mota, reclamava que elementos interessados em promover agitação no país estavam criando problemas de indisciplina na Marinha a fim de provocar uma crise de caráter político-militar (O Estado de S. Paulo, 4/2/64). A sublevação

revolucionária era a principal preocupação do ministro e do almirantado. Assustados com o crescente espírito de rebeldia reinante na corporação, os oficiais não dormiam mais tranquilos. Eles haviam ordenado a retirada de boa parte dos armamentos leves dos navios e faziam sentinela à noite com medo de serem massacrados por uma insurreição que lhes parecia iminente (Schilling, 1979, p. 60).

A fim de conter o processo de politização em curso, o ministro Mota havia proibido ao pessoal subalterno, em serviço, ouvir os discursos do Comício da Central do Brasil, do dia 13 de março, pela rádio (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). E vinha, sobretudo, criando embaraços à organização da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, recusando o reconhecimento oficial da entidade (O Estado de S. Paulo, 4/2/64). Em fevereiro de 1964, Mota ordenou a prisão do presidente da Associação, José Anselmo de Souza, conhecido como cabo Anselmo, sob a alegação de que este havia ameaçado a Marinha e seus chefes ao anunciar que liderava uma nova Revolta da Chibata. E ordenou, ainda, a prisão do marinheiro José Alípio Ribeiro por fazer a cobrança de mensalidades da Associação a bordo do cruzador Tamandaré (O Estado de S. Paulo, 1º/2/64, 4/2/64). Os dirigentes da AMFN decidiram promover uma Assembléia de protesto contra as atitudes do ministro da Marinha que julgaram arbitrárias. O ministro advertiu que a Assembléia, caso fosse realizada, seria dissolvida com o uso de força militar (O Estado de S. Paulo, 4/2/64, 8/2/64).

Como parte das atividades de comemoração do segundo aniversário de fundação de sua Associação, os marinheiros organizaram uma visita à Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Eles pretendiam festejar, junto com os operários, a vitória obtida com a nacionalização das refinarias particulares de petróleo no comício do dia 13 de março (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). Horrorizado, certamente, com o progresso da aliança entre a classe operária e os setores subalternos das Forças Armadas, o ministro Mota avisou que ordenaria a prisão de todos aqueles que comparecessem à comemoração na Refinaria Duque de Caxias (O Estado de S. Paulo, 27/3/64).

No dia 20 de março, sexta-feira posterior ao Comício da Central, mais de mil marujos se concentraram na rua São José dispostos a ir à Refinaria Duque de Caxias de qualquer forma. Os marujos seguiram para uma Assembléia no Sindicato dos Securitários, foram depois para a rádio Mayrink Veiga e exigiram, publicamente, a demissão do

ministro Sílvio Mota. Em seguida, deslocaram-se para a Refinaria Duque de Caxias e comemoraram junto com os operários o avanço do *movimento de libertação do povo brasileiro das garras do imperialismo* (O Estado de S. Paulo, 27/3/64).

Na segunda-feira, dia 23, o ministro da Marinha ordenou a prisão de todos os dirigentes da AMFNB. A determinação acabou não surtindo efeito porque estes não se apresentaram para cumprir a pena. Refugiados em locais desconhecidos, os dirigentes deram entrevistas à imprensa para conclamar seus companheiros a comparecerem à solenidade de encerramento do aniversário da Associação (O Estado de S. Paulo, 27/3/64).

No dia 25, a AMFNB lançou uma nota de protesto contra as perseguições movidas pelo ministro Mota. Os dirigentes da Associação esclareceram à opinião pública que o objetivo de sua luta era derrubar uma estrutura anacrônica em que os grupos privilegiados estavam absorvendo toda a riqueza da nação. De acordo com a nota, os marinheiros vinham sendo perseguidos por estarem inconformados com a estrutura socioeconômica do país, por lutarem contra a espoliação internacional, por não admitirem a condição de escravidão a que se achava submetido o povo brasileiro (Villa, 2004, p. 195-196).

A rebelião

A solenidade de encerramento do 2º aniversário da Associação dos Marinheiros foi marcada para o dia 26 de março, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara localizada em São Cristóvão (Schilling, 1979, p. 60; Chagas, 1985, p. 23). Muitos marinheiros foram impedidos de comparecer ao evento. Sitiados na Ilha das Cobras e no Arsenal da Marinha, alguns deles tentaram romper o estado de prontidão ordenado pelo comando da Marinha e foram contidos por descargas de metralhadoras. Um marinheiro morreu atingido por uma bala (Villa, 2004, p. 197; Revista Manchete, 11/4/64). Mais uma vez, procurando preservar a voz de comando, o ministro Sílvio Mota advertiu que mandaria prender todos aqueles que participassem da manifestação (O Estado de S. Paulo, 27/3/64).

As comemorações tiveram início às 21 horas. Estavam presentes 3.647 pessoas entre marinheiros, fuzileiros, deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estudantes da UNE, líderes sindicais e militantes de esquerda (Revista Manchete, 11/4/64). Apesar de convidados, o Presidente da República, o almirante Aragão e o ministro da Justiça não compareceram à solenidade (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). A Associação

homenageou o líder da Revolta da Chibata, João Cândido. O velho marujo, com 92 anos, entrou no Sindicato carregado por quatro marinheiros (Gaspari, 2002, p. 50; O Estado de S. Paulo, 27/3/64). O presidente da Associação, José Anselmo de Souza, fez um discurso radical defendendo as reformas de base que, para ele, significariam a libertação dos explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis. Prosseguindo, o cabo Anselmo denominou os oficiais das Forças Armadas de autoridades reacionárias, apoiou os decretos assinados pelo Presidente da República no Comício da Central, criticou o Parlamento e a Constituição e defendeu a aliança entre militares e operários (Villa, 2004, p. 196; Chagas, 1985, p. 23; Parker, 1977, p. 97). Após uma manifestação de protesto contra o ministro Sílvio Mota, os marinheiros fizeram uma assembléia e aprovaram a criação da União Geral dos Trabalhadores Militares cuja finalidade seria centralizar as ações de associações que congregavam separadamente os praças, os cabos e os sargentos das Forças Armadas (Villa, 2004, p. 197). Foram aprovadas, ainda, as seguintes reivindicações: revogação da ordem de prisão de 12 diretores da AMFNB expedida pelo ministro da Marinha, bem como a libertação dos marinheiros ainda presos; reconhecimento oficial da Associação dos Marinheiros; humanização do tratamento concedido aos subalternos da Marinha e melhoria da alimentação nos navios e nos quartéis (Moraes, 1989, p. 99; Revista Manchete, 11/4/64; O Estado de S. Paulo, 27/3/64). Ao receber a notícia de que o ministro Mota iria enviar tropas de fuzileiros para prender todos os participantes da reunião, a Associação declarou-se em assembléia permanente e decidiu resistir coletivamente à prisão. Com mais essa ordem de prisão, o cabo Anselmo seria expulso da Marinha por ter ultrapassado mais de trinta dias de punição em menos de um ano. Os demais dirigentes da Associação, por não terem se apresentado para cumprir a punição ordenada pelo ministro Mota, seriam considerados desertores e, por isso, expulsos, também, da Marinha (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). À meia-noite, as portas do sindicato foram fechadas e os marinheiros avisaram que não sairiam de lá até que as suas reivindicações fossem atendidas (Villa, 2004, p. 197).

A tentativa de debelar a rebelião

O evento realizado pela Associação dos Marinheiros foi considerado pelos oficiais uma transgressão grave porque caracterizava a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Os marinheiros haviam afrontado uma proibição

superior realizando um evento presidido por um subalterno que estava foragido desacatando a ordem de prisão determinada pelo ministro Mota. Os oficiais não iriam admitir a desmoralização do comando da Marinha por um grupo de marujos rebeldes que pretendia consolidar uma aproximação inquietante entre militares subalternos e operários urbanos (Schilling, 1979, p. 60).

Por isso, o ministro Sílvio Mota foi pressionado pelo almirantado para garantir a preservação da disciplina a qualquer custo. Acatando as pressões, sua primeira providência foi expedir uma ordem ao comandante dos Fuzileiros Navais, almirante Cândido Aragão, para cercar o sindicato dos metalúrgicos e fazer os marinheiros saírem de lá vivos ou mortos (Revista Manchete, 11/4/64). O comandante dos fuzileiros se rebelou contra as ordens emitidas pelo ministro e renegou as funções que lhe cabiam de comandante dos Fuzileiros Navais (Schilling, 1979, p. 61; O Estado de S. Paulo, 31/3/64). O ministro Mota ordenou o afastamento de Aragão do comando, por ato de insubordinação, e nomeou para o seu lugar o almirante Luís Felipe Sinai (Villa, 2004, p. 197-198; Moraes, 1989, p. 105; O Estado de S. Paulo, 27/3/64; Revista Manchete, 11/4/64).

Às 10 horas do dia 26, o almirante Sinai enviou uma tropa de segurança do Corpo de Fuzileiros Navais ao Sindicato dos Metalúrgicos com a missão de prender todos aqueles que se encontrassem dentro do prédio (Gaspari, 2002, p. 50; O Estado de S. Paulo, 27/3/64; Revista Manchete, 11/4/64). Durante o cerco do edifício, o cabo Anselmo, postado na entrada principal, fazia discursos conclamando os fuzileiros a aderirem ao movimento (Villa, 2004, p. 197). Enquanto isso, dentro do prédio, os demais marinheiros entoavam o *Hino Nacional Brasileiro* (Revista Manchete, 11/4/64). O clima era de grande expectativa e tensão. Às 17 horas e 30 minutos, o almirante Sinai recebeu a ordem para invadir o edifício e repassou essa ordem, imediatamente, ao comandante da operação (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). Os fuzileiros se prepararam para a invasão. Nesse momento, ocorreu um fato dramático. Do contingente postado diante do prédio, 26 fuzileiros começaram a jogar fora suas armas e despojaram-se de seus capacetes e mochilas sob os aplausos e gritaria delirante dos rebeldes. Os fuzileiros insubordinados entraram na sede do sindicato e correram, emocionados, para os braços de seus companheiros (Villa, 2004, p. 197; Schilling, 1979, p. 62). O chefe da Casa Civil da Presidência da República, Darcy Ribeiro, após entendimentos concluídos com lideranças sindicais, pegou o

telefone e deu ordem ao comandante das tropas para suspender imediatamente a operação. A ordem emitida por Ribeiro provocou descontentamento entre os fuzileiros do Batalhão Riachuelo que continuavam cercando o sindicato e estavam prontos para iniciar a invasão. O comandante do Batalhão pediu exoneração e o almirante Sinai ameaçou fazer o mesmo (O Estado de S. Paulo, 27/3/64).

Os oficiais da Marinha estavam estupefatos e horrorizados. O ministro Sílvio Mota ordenou a retirada dos fuzileiros que haviam permanecido fiéis a seus superiores e solicitou ao general Genaro Bontempo, chefe de Gabinete do Ministério da Guerra, a ocupação do local pelas tropas do I Exército. Às 16 horas e 30 minutos do dia 26, cinco tanques do Exército estavam cercando o prédio do Sindicato. Às 4 horas da manhã do dia 27, 300 soldados da Vila Militar foram deslocados para o sindicato. Posteriormente, houve o reforço das tropas do Regimento Floriano para garantir o êxito da operação. Neste momento, os marinheiros discutiam uma forma politicamente conveniente de sair do prédio. Para os oficiais das Forças Armadas, a prisão dos rebeldes havia se tornado uma questão de vida e morte para as instituições militares (Villa, 2004, p. 198-199; Gaspari, 2002, p. 50; Chagas, 1985, p. 23; O Estado de S. Paulo, 27/3/64; Revista Manchete, 11/4/64).

O impasse

O presidente da AMFNB, cabo Anselmo de Souza, continuou reiterando que os marinheiros só abandonariam o prédio quando os colegas presos fossem libertados (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). Essa posição era fortalecida por manifestações de solidariedade na forma de mantimentos, telegramas e visitas dos dirigentes Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dos deputados nacionalistas, de sindicalistas e intelectuais. O Centro Popular de Cultura da UNE promoveu um show para os marinheiros amotinados (Schilling, 1979, p. 62; O Estado de S. Paulo, 29/3/64; Branco, 1964, p. 212).

O ministro Sílvio Mota estava completamente desmoralizado e não sabia mais o que fazer. O Presidente da República estava ausente do Rio de Janeiro naquele momento; havia viajado para aproveitar os feriados da Semana Santa em sua fazenda situada no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Villa, 2004, p. 198; Gaspari, 2002, p. 49-50). Brizola divulgou uma nota de apoio aos rebeldes: "Trata-se de um gesto nobre e altamente significativo, que não pode deixar de merecer o irrestrito apoio de todos os patriotas". Logo a seguir, o deputado viajou para o Sul a fim de conversar com

Goulart (Villa, 2004, p. 198).

Enquanto isso, o almirante Aragão encaminhou ao ministro da Justiça, Abelardo Jurema, uma proposta de solução da crise. Ele sugeriu a convocação imediata do Ministério para providenciar o atendimento das reivindicações dos marinheiros (Branco, 1975, p. 213). O Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, ordenou ao comandante do I Exército, general Moraes Âncora, que não tomasse nenhuma providência e aguardasse o retorno do Presidente da República ao Rio de Janeiro (Villa, 2004, p. 198).

Goulart chegou à ex-capital da República à 1 hora da madrugada do dia 27, Sexta-Feira Santa. Em seguida, reuniu-se no Palácio das Laranjeiras com os ministros militares e com os chefes das Casas Civil e Militar (Villa, 2004, p. 199). Às 5 horas e 30 minutos da manhã, o presidente rejeitou o pedido de demissão que lhe fora encaminhado pelo almirante Sílvio Mota, referendou todos os seus atos, inclusive a ordem de prisão expedida contra o comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Cândido Aragão, e lhe prometeu que os rebeldes seriam punidos para que os princípios da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas fossem preservados (O Estado de S. Paulo, 29/3/64, 31/3/64; Branco, 1975, p. 214)².

Durante a manhã do dia 27, o presidente recebeu pressões dos dirigentes do CGT e de lideranças sindicais para demitir o ministro Sílvio Mota e anistiar os marinheiros rebeldes. Uma greve geral seria deflagrada caso esta reivindicação não fosse atendida (O Estado de S. Paulo, 29/3/64). Por outro lado, o almirantado considerava a permanência de Mota e a prisão imediata dos amotinados como uma questão crucial para a sobrevivência das instituições militares (O Estado de S. Paulo, 27/3/64). Enquanto isso, o presidente da AMFN, cabo Anselmo, recusava qualquer acordo e conclamava os seus companheiros a resistirem até à morte (O Estado de S. Paulo, 27/3/64).

O dilema do Presidente

No processo, que vinha se estendendo desde dezembro de 1963, de articulação de uma estratégia para enfrentar a crise política, Goulart havia fechado um acordo tácito com os oficiais das Forças Armadas. Ele receberia a cobertura militar adequada para a obtenção das reformas de base no Congresso Nacional e poderia, inclusive, exercer as pressões políticas que julgasse necessárias para a conquista de seus objetivos, desde que não ultrapassasse os limites

²Outras versões garantem que o almirante Sílvio Mota foi recebido no Palácio das Laranjeiras às 10 horas da manhã do dia 27 e que Goulart havia acatado imediatamente o seu pedido de demissão (Por exemplo, Villa, 2004, p. 199).

da legalidade. Em contrapartida, não interferiria nas questões disciplinares das três Armas, deixando-as sob a incumbência dos ministros militares (O Estado de S. Paulo, 26/3/64). O acordo parecia fácil de ser cumprido porque até aquele momento o chefe de Governo vinha concordando com todas as medidas de repressão adotadas pelos oficiais superiores para preservar a disciplina nas Forças Armadas (Jurema, 1964, p. 121).

A rebelião dos marinheiros colocou em xeque este acordo. O dilema era delicado. Se vetasse a punição dos rebeldes, Goulart estaria transgredindo o acordo feito com os militares e, pior que isso, desencadearia uma grave crise militar por determinar a quebra da hierarquia e por permitir a indisciplina nas Forças Armadas. Nesse caso, o seu dispositivo militar desmoronaria de forma catastrófica. Por outro lado, se o Presidente permitisse a punição dos marinheiros, romperia a aliança consagrada no comício da Central do Brasil com as forças nacionalistas e reformistas e seu governo ficaria politicamente desmoralizado, desprovido de força para implementar as reformas tão solenemente anunciadas. Após mais essa demonstração de vacilação, Goulart ficaria isolado e precisaria amargar dois anos de mandato como verdadeiro fantoche, suportando as pesadas críticas que viriam da oratória demolidora do governador Carlos Lacerda, observando passivamente a lenta destruição de sua imagem política, sendo difamado por todos os grupos reformistas, contando apenas com o desprezível e inútil suporte parlamentar concedido pelos pessedistas. Se anuísse com a punição dos marinheiros, Goulart cometeria, portanto, um suicídio político monumental, com pouco mais de quarenta anos, e com a vida pública e privada toda ainda pela frente, precisando carregar para sempre a qualificação de traidor das causas do povo brasileiro.

O almirante Aragão havia sido afastado de suas funções e os oficiais da Armada exigiam a sua exoneração. O decreto de exoneração de Aragão estava pronto para ser assinado pelo Presidente. A Frente Parlamentar Nacionalista aguardava a assinatura do decreto para desencadear uma reação exemplar imediata envolvendo todos os grupos de esquerda. Brizola pressionava o presidente para manter Aragão no comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Em outra frente, o CGT estava preparado para desencadear uma greve geral se fosse ordenada a prisão dos marinheiros. Os amotinados continuavam garantindo que resistiriam até à morte. Goulart estava enfurecido com o almirante Aragão e com

Brizola por haverem precipitado, com suas atitudes inconseqüentes, uma crise que não permitia mais nenhum tipo de solução conciliatória (O Estado de S. Paulo, 29/3/64, 31/3/64; Revista Manchete, 11/4/64).

A decisão

Às 10 horas da manhã do dia 27, o Presidente da República solicitou o comparecimento do ministro Sílvio Mota ao Palácio das Laranjeiras e comunicou-lhe que aceitava o seu pedido de demissão. O chefe de Governo ordenou ao ministro que se preparasse para a cerimônia de transmissão do cargo que seria realizada à tarde (O Estado de S. Paulo, 29/3/64, 31/3/64).

Os deputados das correntes de esquerda anunciaram à opinião pública que o ministro Mota havia sido substituído para preservar o dispositivo de segurança do governo na Marinha (Branco, 1975, p. 214). Quando os marinheiros receberam a notícia da demissão de Mota, comemoraram a vitória do movimento com um grande carnaval dentro e fora do sindicato (Schilling, 1979, p. 62).

Sem conseguir um oficial da ativa que concordasse em substituir Sílvio Mota, Goulart escolheu o nome do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues de uma lista tríplice apresentada pelo CGT (O Estado de S. Paulo, 29/3/64). Paulo Mário fazia parte do quadro da reserva, estava com 68 anos, era presidente do Tribunal Marítimo e tinha vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Iria tomar posse no período da tarde daquela Sexta-Feira Santa (Gaspari, 2002, p. 50; O Estado de S. Paulo, 31/3/64).

Os oficiais da Marinha ficaram indignados com a demissão de Sílvio Mota. E mais indignados ainda ao saberem que o Presidente havia conseguido alguém para substituí-lo porque tinham combinado que ninguém aceitaria ocupar o posto deixado por Mota.

Tendo ciência do intenso clima de animosidade existente na Marinha, Paulo Mário sabia que podia sofrer um atentado. Pouco antes do horário da posse, ele saiu furtivamente pela porta dos fundos do Tribunal Marítimo porque um grupo de oficiais da Marinha o aguardava na saída do prédio para seqüestrá-lo. Na fuga, o carro que o levava precisou percorrer algumas ruas na contramão de direção. Às 14 horas, conseguiu chegar ao Palácio das Laranjeiras para manter uma conversa com o Presidente da República. Às 15 horas e 30 minutos, dirigiu-se à sede do Ministério da Marinha para a cerimônia de transmissão do cargo. Ao chegar, quase foi atingido

por rajadas de metralhadora. Com grande dificuldade, conseguiu subir ao terceiro andar do prédio para tomar posse. Disse a um oficial que o acompanhava: “Meu Deus, como é dura a luta contra o imperialismo agonizante” (Villa, 2004, p. 201).

Após a posse, Goulart ordenou ao novo ministro que punisse severamente os marinheiros explicando que tinha esse compromisso firmado com o almirantado.³ Paulo Mario argüiu que quem, na verdade, deveria ser punido eram os almirantes e oficiais que estavam conspirando com a intenção de derrubar o Presidente. A desordem reinante na Marinha, disse o ministro, se devia ao fato destes militares virem perdendo força moral para impor disciplina aos subalternos em razão de seu envolvimento em atividades conspiratórias, em razão do tratamento desumano que estabeleciam nos navios, devido à forma elitista como reagiam contra qualquer tentativa de redução das diferenças de classe existentes na corporação. Paulo Mário revelou, ainda, que os soldos dos marinheiros eram muito baixos, que eles não podiam contrair matrimônio, que a disciplina era demasiadamente severa, que a comida não era das melhores (Moraes, 1989, p. 106).

Em uma nota à imprensa, o novo ministro da Marinha anunciou que anistiará todos os amotinados e que faria o reconhecimento oficial da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.⁴ Além disso, o almirante Cândido Aragão seria reconduzido ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Paulo Mário deixou bem claro que o Presidente não estava quebrando a palavra empenhada com as Forças Armadas, como alguns oficiais lhe haviam atirado na cara, porque a decisão havia sido tomada exclusivamente por ele. O almirante reconheceu que a sua nomeação havia sido feita contra a vontade do almirantado; assinalou que tinha pontos de vista idênticos aos do Presidente da República; admitiu a existência de uma profunda separação ideológica entre oficiais e praças da Marinha; afirmou que podiam considerá-lo um militar de esquerda porque era partidário dos pontos de vista das massas populares que ansiavam por reformas e pela libertação econômica do País e, enfim, defendeu o direito dos marinheiros e fuzileiros de se politizarem porque “não se pode impor ao indivíduo, por vestir uma farda, que seja apenas um eterno raspador de ferrugem”. O

ministro demonstrou que não estava preocupado com o fato de não contar com o apoio do almirantado porque a Marinha, segundo ele, era constituída majoritariamente por subalternos (Villa, 2004, p. 201; Branco, 1977, p. 272-273; O Estado de S. Paulo, 29/3/64).

A libertação dos marinheiros

Os oficiais do Gabinete Militar da Presidência foram ao sindicato e entabularam negociações com o cabo Anselmo (Gaspari, 2002, p. 50). Ficou combinado que os amotinados seriam conduzidos até o Batalhão de Guardas, por uma questão de segurança. Os marinheiros poderiam sofrer castigos corporais se fossem entregues à Marinha de Guerra (Jurema, 1979, p. 251). Conforme um acordo firmado entre o ministro do Trabalho e os dirigentes do CGT, os marujos seriam libertados à tarde (O Estado de S. Paulo, 29/3/64).

Fechado o acordo, os marinheiros foram retirados do sindicato dos metalúrgicos pelas tropas do Regimento Marechal Floriano e conduzidos ao quartel do I Exército, situado em São Cristóvão, próximo ao Palácio dos Metalúrgicos (Branco, 1975, p. 214). E às 17 horas e 30 minutos do dia 27, foram todos libertados, em grupos de 20, como havia sido combinado (Chagas, 1985, p. 23; O Estado de S. Paulo, 29/3/64).

Do quartel do I Exército, os marinheiros rumaram ao Ministério da Marinha a fim de comemorar a vitória junto com o almirante Aragão que, reintegrado ao comando pelo novo ministro, havia se tornado o herói do movimento (Revista Manchete, 11/4/64). Ao chegarem ao Ministério da Marinha, encontraram o almirante na saída do prédio. Às 18 horas e 30 minutos do dia 27, os marinheiros iniciaram uma ruidosa passeata pela Avenida Presidente Vargas, carregando Aragão nos ombros, cantando hinos, repetindo *slogans* políticos e dando vivas ao seu bravo herói (Chagas, 1985, p. 23). E, de forma festiva, dirigiram-se até à sede da Associação dos Marinheiros onde homenagearam o comandante dos fuzileiros navais pelo espírito de solidariedade que ele havia demonstrado durante a revolta (Villa, 2004, p. 200; O Estado de S. Paulo, 29/3/64; Revista Manchete, 11/4/64).

Êxito aparente

Por volta das 21 horas do dia 27, achando que havia equacionado a crise, Goulart dirigiu-se a Brasília para passar o feriado da Páscoa com a família (Villa, 2004, p. 200). No sábado de Aleluia, dia 28, a

³Existem informações contraditórias sobre o episódio. Expusemos a interpretação que julgamos a mais verossímil.

⁴A nota à imprensa foi complementada por uma entrevista coletiva concedida por Paulo Mário no dia seguinte, sábado, 28 de março.

Secretaria de Imprensa da Presidência da República divulgou uma nota para informar que a crise fora superada rapidamente e que o ministro Paulo Mário iria criar o clima de unidade e de confiança entre comandantes e comandados indispensável ao estabelecimento da ordem e da disciplina na Marinha (Villa, 2004, p. 200-201). A imprensa francesa noticiou com destaque a rebelião dos marinheiros no Brasil. O *Liberation*, órgão da esquerda, ressaltou que a união dos marinheiros com os operários poderia ser decisiva no choque entre o poder feudal e as novas forças revolucionárias que despontavam no país sul-americano. O *L'Humanité*, órgão do Partido Comunista Francês, considerou a rebelião como a vontade manifestada por soldados e marinheiros brasileiros de participar, juntamente com os operários e camponeses, da luta pelas reformas democráticas no Brasil (O Estado de S. Paulo, 29/3/64).

A insurreição

Coordenando os diversos grupos de conspiradores, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, havia estipulado que a demissão do ministro da Marinha seria a senha para dar início ao movimento golpista. Na Sexta-feira Santa, dia 27, quando o governo demitiu o ministro da Marinha e anistiou os marinheiros rebeldes, o governador Magalhães Pinto quis precipitar a insurreição. O general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, avisou-o de que ainda era cedo (Branco, 1975, p. 220). No domingo, 29 de março, dois dias depois da demissão de Sílvio Frota, os conspiradores concluíram que 2 de abril seria a data ideal para executar a deposição do chefe de Governo. Nesse dia, seria realizada uma nova *Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade*, na cidade do Rio de Janeiro, para legitimar politicamente o golpe de Estado (Skidmore, 1975, p. 361-362). O movimento deveria ser desencadeado em Minas Gerais (Skidmore, 1975, p. 363).

O dispositivo militar do governo estava acéfalo desde o dia 24 de março porque nenhum substituto havia sido nomeado para o general Jair Dantas Ribeiro; este, de forma estranha, resolvera afastar-se para fazer uma cirurgia numa conjuntura de crise grave (Branco, 1975, p. 210; O Estado de S. Paulo, 25/3/64). Os oficiais militares que apoiavam o governo queriam a nomeação do marechal Henrique Teixeira Lott para o posto vago (Jurema, 1979, p. 87). Em uma reunião realizada no dia 27, Sexta-feira

Santa, o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, sugeriu ao presidente a substituição de Dantas, tomando como justificativa a fraqueza e ambigüidade do general, e propôs a nomeação do marechal Lott para a pasta da Guerra. Goulart indagou a Darcy como é que poderia demitir um ministro que estava com a barriga aberta numa sala de cirurgia (Villa, 2004, p. 199). O general havia sido internado para retirar um cálculo da bexiga e pretendia, depois, viajar aos Estados Unidos a fim de conhecer algumas instalações militares norte-americanas (Villa, 2004, p. 180). No sábado, 28 de março, Dantas recebeu a visita de Kubitschek no Hospital e garantiu a este que se o presidente tentasse qualquer ação ilegal, iria ordenar, imediatamente, a sua deposição.⁵ Levando em consideração a grave crise institucional instaurada após o Comício do dia 13, Dantas Ribeiro pretendia, certamente, ficar longe da situação explosiva que havia sido criada pelo chefe de Estado e deixar o campo livre para as ações conspiratórias de Castelo Branco.

No sábado, dia 28, o governador Magalhães Pinto reuniu-se com o marechal Odylo Denis e com os generais Olímpio Mourão Filho e Luiz Carlos Guedes. Considerando que haviam surgido condições favoráveis, os conspiradores de Minas decidiram antecipar o início do golpe (Bandeira, 1973, p. 472). O governador mineiro havia recebido o comunicado do agente da Central Intelligence Agency (CIA), Dan Mittrione, de que os Estados Unidos teriam condições de enviar tropas ao Brasil seis horas após a solicitação (Bandeira, 1973, p. 472-473). A primeira providência tomada na reunião foi constituir um governo a fim de proclamar o estado de beligerância de Minas Gerais contra a União. O governo secessionista poderia solicitar aos Estados Unidos o seu imediato reconhecimento. Foram nomeadas para o ministério deste governo pessoas ilustres como José Maria Alckmin, Afonso Arinos, Milton Campos e José Monteiro de Castro (Bandeira, 1973, p. 472; Hippolito, 1985, p. 246-247). No domingo, 29 de março, o governador colocou a Polícia Militar de Minas Gerais e as unidades da IV Região Militar em regime de rigorosa prontidão. Todas as entradas e saídas de Belo Horizonte foram bloqueadas e ocupados todos os depósitos de combustível existentes no Estado (Bandeira, 1973, p. 473; O Estado de S. Paulo, 31/3/64).

Na segunda-feira, dia 30, o governador lançou um novo manifesto para proclamar o estado de beligerância de Minas Gerais. Para justificar o ato,

⁵A conversa foi gravada pela CIA. (Villa, 2004, p. 202).

Magalhães assinalou que o apelo dirigido pela Marinha de Guerra não poderia deixar insensíveis os responsáveis pela sobrevivência da ordem democrática no país. O governador garantiu que Minas se empenharia com todas as suas forças e com todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional no Brasil (Branco, 1975, p. 218 e 274).

Feita a proclamação, Magalhães fechou-se no Palácio da Liberdade cercado de soldados da Polícia Militar armados até com metralhadoras antiaéreas (Chagas, 1985, p. 18-19). Supondo uma pronta resposta das tropas leais ao Presidente da República, o governador conclamou os mineiros a se inscreverem como voluntários para a resistência. Dez mil jovens se apresentaram nos diversos postos coordenados pelo general de reserva Lopes Bragança (Chagas, 1985, p. 18). Por volta do meio-dia, as estações de rádio mineiras já proclamavam a guerra de Minas Gerais contra o governo federal (Chagas, 1985, p. 20). À tarde, Magalhães Pinto procurou entrar em contato com os governadores de Estado comprometidos com a conspiração (Chagas, 1985, p. 19).

Enquanto isso, o general Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária, com sede em Belo Horizonte, organizou uma tropa com a intenção de marchar imediatamente rumo a Brasília. O general Mourão, seu superior hierárquico, ficou desapontado quando soube da iniciativa de Guedes. “Vamos ser depostos”, disse-lhe por telefone. O início das operações militares foi, então, suspenso (Revista Veja, 30/3/94).

À noite, os conspiradores ouviram o discurso proferido por Goulart na solenidade dos sargentos, transmitido por emissoras de rádio e de televisão. Instigado pela ousadia do Presidente, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, concluiu que havia chegado a hora de agir (Skidmore, 1975, p. 362). Na madrugada de terça-feira, dia 31, após o encerramento da homenagem dos sargentos ao Presidente da República, Mourão Filho ordenou o início dos preparativos para a marcha ao Rio de Janeiro (Revista Veja, 30/3/94; Stepan, 1975, p. 151).

Ao clarear o dia, Mourão telefonou para Guedes e ordenou que fosse providenciada a prisão de Magalhães Pinto. O caráter moderado do manifesto lançado pelo governador deixou o comandante desconfiado. O general, por precaução, achou melhor mantê-lo atrás das grades para que ele não criasse obstáculos ao levante⁶. Após essa providência, Mourão Filho lançou um manifesto contra o Presidente da República bem mais radical que o de

Magalhães. A seguir, ordenou a preparação das tropas que pretendia deslocar para o Rio de Janeiro com a intenção de imobilizar o Ministério da Guerra e a Vila Militar que possuíam os dois principais contingentes militares do país (Veja, 30/3/94).

No final da tarde do dia 31, o Destacamento Tiradentes saiu de Juiz de Fora e seguiu em direção ao Rio, pela BR-3, sob a chefia do general Antonio Carlos Muricy. Eram quatro batalhões de infantaria, dois grupos de artilharia, além de unidades menores, perfazendo um total de 4 mil homens. Mais da metade da tropa era formada por recrutas sem instrução e a munição disponível era suficiente para algumas poucas horas de combate (Chagas, 1985, p. 16).⁷

Ao receberem a notícia de que as tropas haviam partido de Minas, os conspiradores de outros Estados ficaram assombrados com a irresponsabilidade de seus colegas (Revista Veja, 30/3/94). Castelo soube do levante às 9 horas do dia 31. Ficou bastante preocupado, tendo a certeza de que a iniciativa de Mourão Filho iria pôr tudo a perder. Às 11 horas e 30 minutos, conseguiu entrar em contato com o general Guedes e, bastante nervoso, ordenou-lhe que regressasse imediatamente; caso contrário, iria ser massacrado de forma fulminante pelo dispositivo militar do Presidente (Villa, 2004, p. 210; Guedes, 1979, citado por Gaspari, 2002, p. 68-70). Castelo continuou fazendo ligações telefônicas a fim de reiterar apelos a Mourão e a Guedes para abortarem a operação. A tentativa foi em vão (Parker, 1977, p. 98; Revista Veja, 30/3/94).

A reação do governo

Goulart passou boa parte da segunda-feira, 30 de março, no Palácio das Laranjeiras. Durante o dia, surgiram informações de que o golpe havia irrompido em Minas Gerais. Magalhães Pinto, consultado por assessores do Presidente da República, desmentiu o fato categoricamente observando que não havia condições para um golpe naquele momento. Para tranquilizar a opinião pública, o Gabinete Militar da Presidência distribuiu uma nota dizendo que tudo não passava de boatos (Villa, 2004, p. 204).

Por precaução, o CGT lançou um manifesto contra o golpe:

As forças reacionárias inconformadas com o avanço democrático de nosso povo e com os recentes decretos patrióticos do Presidente da República, articulam-se pública e notoriamente visando à deposição do Presidente da República para anular

⁶A ordem não foi cumprida por Guedes. (Veja, 30/3/94).

⁷O depoimento é do general Antonio Carlos Muricy citado por Gaspari, 2002, p. 75; Consultar também Moraes (1989, p. 125).

essas conquistas. O esquema do golpe está sendo articulado politicamente pelos governadores Lacerda, Meneghetti, Ademar e Magalhães⁸. Eles contam com o apoio de oficiais golpistas dos II e IV Exércitos e da Polícia Militar de Minas Gerais. Na impossibilidade de combater frontalmente as reformas de base sugeridas na mensagem presidencial ao Congresso, de 15 de março de 1964, os golpistas procuram explorar os sentimentos religiosos do nosso povo, sob o falso pretexto do anticomunismo. O CGT e as forças populares responderão por todos os meios a qualquer tentativa de golpe que vise a enfraquecer a autoridade do Presidente da República para atingir o seu mandato. O CGT concita os sindicatos, os trabalhadores das cidades e do campo para se manterem preparados para desfechar a greve geral em todo o território nacional (Chagas, 1985, p. 36).

Desde a crise na Marinha, Goulart vinha notando um clima semelhante ao da véspera do dia 24 de agosto de 1954, data do suicídio de Vargas. Altas horas da noite de segunda-feira, ao deixar o Automóvel Clube, ele advertiu, ainda sob efeito de drogas, que qualquer tentativa para depô-lo não se consumaria sem reação. Por isso, quem desse o primeiro passo à frente assumiria a responsabilidade de deflagrar a revolução e lançar o país numa luta sangrenta de extensão e profundidade imprevisíveis (O Estado de S. Paulo, 1º/4/64). O presidente vinha prometendo que não renunciaria como Quadros e não se suicidaria como Vargas e, se por acaso não pudesse resistir, cairia de pé. Havia decidido que não o pegariam desprevenido como pegaram o velho mestre. Enfim, não estava disposto a contabilizar o sofrimento de um novo golpe branco para a história do getulismo.

Após a extenuante solenidade no Automóvel Clube, o chefe de Estado foi dormir e, na manhã do dia 31, terça-feira, no Palácio das Laranjeiras, iniciou os despachos de rotina. Em Brasília, o deputado Almino Afonso sentia que alguma coisa não ia bem. Preocupado, foi até o apartamento do senador Arthur Virgílio, líder do PTB. Ambos resolveram fazer uma ligação para o Rio de Janeiro a fim de falar com o Presidente. Virgílio perguntou ao chefe de Governo se ele estava a par de alguma movimentação estranha de tropas. Goulart perguntou ao chefe da Casa Militar, general Assis Brasil, se havia alguma coisa de anormal. “Na verdade, o Mourão deslocou suas tropas em exercício de rotina”, respondeu o general. O chefe de Governo tranqüilizou o senador Virgílio informando-o que era tudo mentira, a oposição estava, apenas, querendo tumultuar. Aliviados,

Virgílio e Almino foram tomar um uísque para comemorar (Revista Veja, 30/3/94).

Ninguém do governo levou a sério as primeiras notícias imprecisas que chegavam sobre a insurreição de Belo Horizonte. E ninguém fazia idéia do que ocorria em Juiz de Fora (Gorender, 1987, p. 65; Revista Veja, 30/3/94). Os generais Oromar Osório e Cunha Melo, amigos pessoais do Presidente, garantiram que não havia motivos para preocupação. O levante, se de fato ocorresse, seria sufocado após cinco minutos de batalha. A superioridade das forças militares sediadas no Rio de Janeiro em relação às tropas do general Mourão era, de fato, descomunal. Tudo parecia, mesmo, uma invenção ridícula dos boateiros de plantão.⁹ Goulart seguiu sua rotina normal, como se nada de grave estivesse acontecendo. Em certo momento, por via das dúvidas, perguntou ao general Osvino se ele já havia entrado em contato com o I Exército. Osvino respondeu que o telefone não estava atendendo. Tentou ligar para a Vila Militar e a mesma coisa. Assis Brasil sugeriu o envio de um observador a Juiz de Fora para verificar se o que estava ocorrendo era um simples exercício de rotina ou uma rebelião armada (Chagas, 1985, p. 20). Após ser informado que se tratava de um levante militar, Goulart perguntou se o ministro da Guerra havia sido contatado. Aí, se lembrou que o general Jair Dantas Ribeiro estava internado (Pinheiro Neto, 1993, p. 123). Às 10 horas, por medida de precaução, foi visitar o ministro no Hospital dos Servidores do Estado (Villa, 2004, p. 211). Sentindo-se pressionado, Dantas Ribeiro emitiu uma nota para comunicar que estava assumindo o comando efetivo das ações legais contra o movimento de subversão desencadeado em Minas Gerais a fim de manter a ordem a qualquer preço. E determinou rigorosa prontidão para todas as tropas do Exército (Villa, 2004, p. 211-214). Goulart retornou ao Palácio das Laranjeiras, ciente da fragilidade do movimento iniciado por Mourão Filho, confiando na capacidade do seu dispositivo militar de destroçar a rebelião de forma acachapante (Gaspari, 2002, p. 83-84).

O jornal *O Estado de São Paulo*, na edição lançada na terça-feira, exortava o Exército a dar um basta aos desmandos do Presidente da República (Chagas, 1985, p. 12). Às 15 horas e 30 minutos, a polícia de Lacerda invadiu a sede da Federação Nacional dos Estivadores e prendeu os dirigentes do CGT que promoviam uma reunião com sindicalistas do Estado. Houve tempo para um sindicalista comunicar o fato ao almirante Aragão que, de pronto, enviou uma

⁸Respectivamente, governadores da Guanabara, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

⁹Cf. depoimento de Waldir Pires concedido a Moraes (1989, p. 219).

tropa de fuzileiros navais ao local. Os policiais de Lacerda foram afastados e não manifestaram qualquer reação (Gorender, 1987, p. 65).

Reinava um clima de relativa tranquilidade no Palácio das Laranjeiras. Os ministros aguardavam informações sobre a evolução do golpe quando chegou a notícia de que o líder sindical Osvaldo Pacheco, do CGT, havia sido preso pela polícia política de Lacerda. O ministro do Trabalho, Amaury Silva, desmentiu a notícia. Ele havia acabado de telefonar para o coronel Borges, secretário da Segurança do Governo da Guanabara, e este lhe garantira, quase jurando por Deus, que nenhuma prisão havia sido executada (Chagas, 1985, p. 21).

Sentindo um cheiro inquietante de golpe, os dirigentes do CGT decidiram decretar a greve geral para o dia seguinte, 1º de abril. Quase à noite, Luiz Carlos Prestes telefonou para a sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e propôs a retirada da convocação da greve. Segundo o secretário geral do PCB, a paralisação, além de dar margem a provocações, seria desnecessária, uma vez que o governo dispunha de força militar suficiente para sufocar imediatamente o levante. A proposta do líder comunista não foi acolhida. Depois de confirmar a decisão, os dirigentes do CGT, apenas para demonstrar lealdade, foram conversar com o Presidente para armar o dispositivo sindical contra o golpe direitista (Gorender, 1987, p. 65; Villa, 2004, p. 215). A sede da Associação dos Sargentos foi transformada em Quartel General de defesa da legalidade. Ficou combinado, por uma questão de hierarquia, que os oficiais, e não os sargentos, comandariam a reação ao golpe. Todos ficariam aguardando as ordens do almirante Cândido Aragão¹⁰. Para garantir o apoio dos subalternos das Forças Armadas, Goulart ordenou a suspensão dos inquéritos que haviam sido abertos para apurar a rebelião dos marinheiros (Villa, 2004, p. 213).

O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Pery Beviláqua, apareceu no Palácio para entregar um documento ao Presidente da República. Pretendia alertar que “o sistema comuno-sindical-grevista” tornava-se cada vez mais perigoso para a segurança do país e, assim, “o espectro de uma ditadura comuno-sindical” ameaçava a “comunidade nacional”. As Forças Armadas, segundo o chefe do EMFA, “não podem dividir com nenhuma organização as suas atribuições constitucionais de garantir a segurança do governo e das instituições democráticas. Não é possível neste terreno a

coexistência pacífica do Poder Militar com o poder sindical subversivo e fora da lei. Os dirigentes dos sindicatos revolucionários e comunistas estão solapando a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas através de uma ação insidiosa” (Ianni, 1971, p. 140-141)¹¹. O presidente conhecia este discurso de cor. Já não era mais o momento de ficar repisando velhos chavões, os conspiradores haviam iniciado a insurreição e bem que o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas poderia estar cuidando da articulação da contra-ofensiva, apenas por precaução.

Discretamente, auxiliada por milícias de direita, a polícia de Lacerda continuava efetuando a prisão de sindicalistas e de lideranças da esquerda e ocupando o Rio de Janeiro sem enfrentar qualquer reação do I Exército (Bandeira, 1973, p. 474). Indignado com essa situação, o marechal Osvaldo Ferreira Alves desabafou diante do presidente: “Incrível. Não há plano sequer para a ocupação preventiva do Rio de Janeiro, como no tempo em que eu comande o I Exército” (D’Aguiar, 1976, p. 127).¹² Goulart exigiu providências ao comandante do I Exército, general Moraes Âncora, e, então, duas colunas de tanques da Vila Militar foram enviadas ao centro da cidade. Às 16 horas e 30 minutos, o comandante recebeu a ordem para prender Castelo Branco. Hesitou em cumpri-la porque o chefe do Estado-Maior do Exército era seu amigo particular. Enquanto pensava, garantiu o cerco do prédio do Ministério da Guerra por tanques e por 2 mil soldados da tropa de choque da Polícia do Exército. Os alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, quase todos maiores e tenentes-coronéis, armados com 28 pistolas, trinta fuzis e três submetralhadoras, estavam instalados no 6º andar do edifício para tentar impedir a prisão de Castelo Branco. Finalmente, às 18 horas, Âncora decidiu ordenar ao general Almeida de Moraes, que estava no nono andar, que fosse à procura do líder do movimento golpista, que se encontrava a três andares abaixo. Quando o general Moraes chegou ao 6º andar, Castelo já havia fugido (Chagas, 1985, p. 21; Villa, 2004, p. 213-214; Moraes, 1989, p. 164; Gaspari, 2002, p. 74).

Enquanto isso, o ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ordenava o deslocamento de Fuzileiros Navais para a sede do Ministério da Marinha com a intenção de garantir a sua segurança pessoal. E determinava, também, a ocupação de três contratorpedeiros a fim de enviar praças para a resistência que Brizola iria providenciar no Rio Grande do Sul. Parte dos oficiais reagiu

¹⁰Depoimento do fuzileiro naval Narciso Júlio Gonçalves (Moraes, 1989, p.164).

¹¹Consultar o depoimento do marechal Pery Beviláqua concedido a Silva, s.d., citado por Gaspari (2002, p. 76).

¹²Consultar o depoimento do coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, citado por Gaspari (2002, p. 73).

contra a ordem e a operação não foi executada (Villa, 2004, p. 213-214; Moraes, 1989, p. 164).

À noite, Goulart reuniu-se com o marechal Osvaldo Alves e com o general Pery Beviláqua. Chegou-se à conclusão que era uma medida sensata começar a planejar uma possível resistência ao golpe no Rio Grande do Sul. No entanto, o comandante do III Exército, general Benjamim Galhardo, não era um militar em quem o governo pudesse confiar. Por isso, o general Ladário Pereira Teles foi indicado para substituir Galhardo. Este seria remanejado para a chefia do Estado-Maior do Exército, no lugar do general Castelo Branco. O comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, mantinha laços de amizade com o líder dos golpistas, general Castelo Branco. Mas não havia como executar a operação de substituição, que, certamente, exigiria o recurso à força. A distância que separava a base militar do Nordeste em relação às bases do Sul do país era grande demais (Villa, 2004, p. 226; Chagas, 1985, p. 20-21; Moraes, 1997, p. 123; O Estado de S. Paulo, 1º/04/64).¹³ De qualquer forma, o balanço realizado na reunião era favorável, o governo mantinha o controle do Exército até à noite daquela terça-feira, dia 31 de março (Gaspari, 2002, p. 76-81).

As expectativas estavam voltadas para o II Exército, em São Paulo. Pela sua posição estratégica, o comandante Amaury Kruel poderia decidir a vitória, ou do governo, ou dos golpistas. Durante o dia todo, várias vezes, Goulart conversou com o seu compadre que hesitava, não se definindo nem pela legalidade e nem pelo golpe (Chagas, 1985, p. 21; Gaspari, 2002, p. 76). O Presidente dizia que precisava do general e contava com ele. Kruel pedia a Goulart para livrar-se do CGT, prender os seus líderes, parar de ameaçar o Congresso e declarar-se democrata. Goulart explicava que, por ser um político, tinha compromissos com os partidos e não podia abandoná-los por força de pressões e golpes militares, não podia deixar as forças populares desamparadas (Chagas, 1985, p. 33). Às 20 horas, Kruel telefonou a Goulart. Desta vez, para exigir as demissões de Abelardo Jurema e Darcy Ribeiro, além do fechamento do CGT e da UNE. O Presidente rejeitou a proposta. “Primeiro vou esmagar Minas, depois veremos o que fazer” (Villa, 2004, p. 215). Dito isso, ordenou ao comandante do I Exército o envio de tropas para esmagar a rebelião (Chagas, 1985, p. 20-21; Skidmore, 1975, p. 364). Para enfrentar os golpistas, foi deslocado em direção à BR-3 um destacamento de elite, o 1º Batalhão de

Caçadores de Petrópolis, composto por dois regimentos de infantaria e por um grupo de obuses, num total de 5 mil combatentes bem armados. Este destacamento era muito mais poderoso que o de Mourão, não haveria a mínima dificuldade em obrigar os sediciosos a recuar (Moraes, 1997, p. 125)¹⁴.

Enquanto as tropas do general Cunha Melo seguiam em direção a Minas, Goulart telefonou para o comandante da Terceira Zona Aérea, Brigadeiro Francisco Teixeira para assegurar o êxito da operação. Este lhe garantiu que bastava um vôo rasante para fazer as tropas do general Mourão debandarem de forma humilhante (Pinheiro Neto, 1993, p. 124). Durante o dia, o seu subordinado, o coronel Rui Moreira Lima, comandante da Base Aérea de Santa Cruz, havia decolado num jatinho de turismo da Força Aérea Brasileira (FAB), desprovido de armamentos, para efetuar as sondagens das tropas de Mourão. Quando o avião pilotado por Lima sobrevoou a coluna golpista, os soldados saíram correndo. Muitos até tropeçaram e caíram no chão. E os caminhões, desgovernados, saíram da pista. Foi um verdadeiro alvoroço. Apesar das dificuldades criadas pelas montanhas e pela chuva, Moreira Lima sobrevoou de novo a coluna e criou um alvoroço pior que o da primeira vez. A coluna quase debandou. Poderia ter sido dispersada com algumas rajadas de balas e com algumas bombas, só para assustar (Moraes, 1989, p. 165; Folha de S. Paulo, 4/4/64). Todavia, o general Mourão Filho não se amedrontou: “As tropas do I Exército encontrarão as minhas em posição de combate. Se querem sangue, que assim seja. Não recuaremos. Estamos decididos ao suicídio pela democracia” (Chagas, 1985, p. 26). Suicídio era, mesmo, a palavra exata.

O comandante da Infantaria Divisionária de Caçapava, em São Paulo, general Euríalo Zerbini, havia recebido de seu superior imediato, o general Aluísio Mendes, a garantia de prisão imediata do general Kruel no momento em que este confirmasse a adesão ao golpe (Moraes, 1997, p. 123-124). O general Zerbini entrou em contato com o general Assis Brasil para informar-lhe que controlava a situação em sua área, mas precisava de reforços do Rio de Janeiro para enfrentar Kruel. Assis Brasil prometeu-lhe o envio imediato de soldados (Moraes, 1997, p. 123-124).

Por volta das 22 horas, o general Kruel telefonou de novo para o Palácio das Laranjeiras reiterando o apelo que vinha fazendo durante todo o dia para que o Presidente declarasse o rompimento com o CGT e com os comunistas. Se essa declaração fosse feita, o

¹³Consultar o depoimento de Neiva Moreira concedido a Moraes (1989, p. 332).

¹⁴Consultar o depoimento de Waldir Pires concedido a Moraes (1989, p. 219).

comandante do II Exército não hesitaria em alinhar-se ao lado do compadre. Goulart disse, novamente, que não podia abandonar seus compromissos com os partidos e com as forças populares e exigiu fidelidade do comandante do II Exército. Kruel respondeu que ele, como bom soldado, não podia trair o Exército (Skidmore, 1975, p. 363; Branco, 1977, p. 17; Gaspari, 2002, p. 90; Schilling, 1979, p. 76). À meia-noite, movido talvez por sentimentos de amizade, o general divulgou um manifesto para afirmar a sua disposição de defender Goulart: “O II Exército mantém-se fiel à Constituição e tudo fará no sentido de manutenção dos poderes constituídos, da ordem e da tranquilidade. Sua luta será contra os comunistas e seu objetivo será o de romper o cerco do comunismo, que ora compromete a autoridade do governo da República” (Villa, 2004, p. 215-216). No dia 28, sábado, o general Kruel havia sido procurado em sua residência por emissários do governador Magalhães Pinto e tinha recusado o convite para participar da insurreição: “Sei que Minas está unida e pode sair a qualquer momento, mas eu tenho compromissos com o Presidente. É meu amigo. Meu compadre. Já chamei a sua atenção para a subversão e ele me assegurou que não sairá da legalidade” (Chagas, 1985, p. 28).

Um assessor de Lacerda suspirou, resignado: “É, não adianta. O Kruel não vem mesmo. Acho que nós entramos pelo cano” (Gaspari, 2002, p. 80). De fato, as coisas pareciam cada vez mais difíceis para os conspiradores. O general Costa e Silva decidiu abandonar o seu gabinete no quartel-general argumentando que estava se arriscando demais e poderia ser preso (Dimas Filho, 1966, citado por Gaspari, 2002, p. 76). O chefe da representação americana em Brasília concluía que o movimento golpista havia fracassado (Gaspari, 2002, p. 80). Miguel Arraes telefonou para o chefe da Casa Militar, Assis Brasil, e recebeu deste um apelo: “Resista, governador, porque estamos vencendo em todas as frentes” (Moraes, 1997, p. 126). Na verdade, naquela terça-feira, 31 de março, o movimento golpista inexistia, praticamente. Nas sessões noturnas da Câmara e do Senado, os parlamentares proferiam discursos demonstrando que não acreditavam no êxito do golpe; julgavam, sim, que Goulart continuava fazendo maquinações para implantar uma ditadura populista (Gaspari, 2002, p. 76-81).

A resistência de Lacerda

Após o início do movimento golpista, ciente de que seria o principal alvo do governo dos getulistas,

Lacerda armou uma verdadeira fortaleza no Palácio da Guanabara. A sede do Governo foi cercada com caminhões de lixo e ônibus elétricos, foram espalhados obstáculos nas avenidas que davam acesso ao Palácio para impedir a chegada de tanques, foram colocados sacos de areia nas varandas do velho casarão para formar barricadas e foram derramados tambores de óleo no morro adjacente ao Palácio para serem incendiados no momento em que tivesse início a invasão das tropas governistas. O coronel Penido Burnier organizou a fabricação de coquetéis molotov. O governador vestia um blusão de couro e estava armado com duas metralhadoras portáteis e uma pistola. Além dos secretários de Estado, funcionários e parlamentares, centenas de voluntários civis, cerca de 300 militares da reserva e até figuras da alta sociedade carioca se entrincheiraram no Palácio para defender o governador. Alguns trouxeram seus revólveres de casa, mas a maioria estava desarmada (Chagas, 1985, p. 12-25; Moraes, 1997, p. 126; Villa, 2004, p. 213).

Lacerda temia o ataque dos fuzileiros e dos marinheiros comandados pelo almirante Aragão, receava a chegada dos tanques da Vila Militar, morria de medo do bombardeio dos aviões da FAB e aguardava até uma multidão de operários armados ávidos para, finalmente, vingar Vargas (Chagas, 1985, p. 22). A todo instante, demonstrando muito nervosismo, o governador telefonava para os postos de polícia da cidade para saber se os boatos sobre o ataque dos fuzileiros navais continham alguma verdade (Skidmore, 1975, p. 364). Quando chegavam rumores de ataque iminente do almirante Aragão ou dos aviões governistas, formava-se um pandemônio no Palácio. Centenas de pessoas, tomadas pelo pânico, gritavam e corriam para tentar se proteger, sem saber onde. Lacerda telefonou para o general Castelo Branco solicitando o envio de soldados para garantir a defesa do Palácio da Guanabara. “Não podemos mandar um cabo, sequer. Agüente-se ou deixe a cidade”, respondeu, melancolicamente, o líder do desastrado movimento (Chagas, 1985, p. 24-25 e 45).

Através do telefone do Palácio da Guanabara, não tendo mais o que fazer, Lacerda enviava discursos para as emissoras de rádio de Minas como quem estava se sentindo acuado, pronto para ser degolado pelo predador: “Vocês, amigos mineiros, ajudem. O governo indômito do Rio de Janeiro, sitiado, encontra-se prestes a ser massacrado. E você, Goulart, o que fez de seus irmãos brasileiros? Você, o maior latifundiário e ladrão do Brasil. Estamos sendo atacados. Fuzileiros, deixem suas armas. Aragão, covarde, incestuoso, venha decidir comigo, sozinho,

essa parada. Quero matá-lo com o meu revólver, de homem para homem” (Chagas, 1985, p. 46).

A reviravolta de 1º de abril

Às 11 horas e 30 minutos da manhã do dia 31 de março, foi realizada uma reunião em Washington que iria influenciar profundamente o estado de ânimo não só dos conspiradores, mas, sobretudo, dos militares governistas e do presidente João Goulart. O secretário de Estado, Dean Rusk, — junto com o diretor da CIA, com o secretário de Defesa, Robert Mac Namara, e chefes militares —, decidiu pôr em ação a operação Brother Sam (Parker, 1977, p. 101). No mesmo dia, às 13 horas e 30 minutos, sob a chefia do general George S. Brown, a esquadra norte-americana do Caribe iniciou o seu deslocamento para a área oceânica brasileira, próxima a Santos. A frota era composta pelo porta-aviões Forrestal, por seis contratorpedeiros providos de mísseis teleguiados, um porta-helicóptero, um posto de comando aerotransportado, e quatro petroleiros com 533 mil barris de combustível. O transporte de armas portáteis seria feito por avião. A chegada a Santos estava prevista para o dia 11 de abril (Folha de S. Paulo, 12/9/99; Bandeira, 1989, p. 132; Parker, 1977, p. 103-104; Corrêa, 1977, citado por Gaspari, 2002, p. 99).¹⁵

A notícia sobre a decisão tomada pelo governo norte-americano se alastrou no Brasil como sopro divino para os golpistas, como toque de alerta para os militares indecisos e como nuvem de fumaça venenosa para os governistas. De certo, os golpistas receberam a informação antes dos governistas, provavelmente no final da tarde, ou na noite do dia 31.

Às 2 horas da madrugada do dia 1º, a decisão tomada pelo governo dos Estados Unidos não havia chegado, ainda, ao Palácio das Laranjeiras. Goulart ligou para o comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, para saber como estava a situação no Nordeste. O general respondeu que tudo transcorria na mais perfeita ordem (Villa, 2004, p. 216). Goulart foi dormir tranquilo, embora muito cansado, perto das 4 horas da madrugada do dia 1º. O golpe militar parecia praticamente sufocado (Villa, 2004, p. 216).

Na manhã de quarta-feira, 1º de abril, o *Correio da Manhã* saiu às bancas com um título bombástico: “Fora!”. De acordo com o editorial do jornal, a nação

não suportava mais a presença de Goulart no governo porque ele havia jogado os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. O presidente seria o maior responsável pela guerra fratricida que se esboçava nefastamente no território nacional. A manchete do jornal carioca era o primeiro sinal da mudança de conjuntura (Villa, 2004, p. 217).

Goulart levantou-se da cama abatido e manteve, pela manhã, várias reuniões no Palácio das Laranjeiras. Junto com o ministro do Trabalho, fez uma avaliação da greve geral que já paralisava o Rio de Janeiro. Os ferroviários da Leopoldina haviam ocupado a estação Barão de Mauá e fechado o acesso à Avenida Presidente Vargas. Sem trens suburbanos e sem ônibus, os trabalhadores mais politizados, desejando se mobilizarem para a luta, estavam enfrentando dificuldades para chegar à sede de seus sindicatos. Um comitê político-militar de resistência tinha sido montado no prédio do Departamento de Correio e Telégrafos (DCT). O comitê esperava contar com os fuzileiros navais do almirante Aragão para cercar o Palácio da Guanabara e prender Lacerda. Se ele resistisse, seria dada uma solução militar ao caso. Para o período da tarde, foi marcado um comício na Cinelândia (Villa, 2004, p. 216-217; Moraes, 1989, p. 162-163 e 166).¹⁶

Na Bahia, um grupo de militantes da organização Ação Popular foi para o interior com a intenção de interditar a estrada para o Rio e, dessa forma, separar as regiões Norte e Sul do país. Pretendiam assaltar Tiros de Guerra em cidades interioranas para conseguir armas e munições e organizar os camponeses para a resistência. Contavam com a Cadeia da Legalidade que Brizola iria articular no Sul e com as ações que Arraes iria desenvolver no Nordeste mobilizando milhares de trabalhadores rurais. Os militantes da AP estavam dispostos a pegar em armas, se necessário (Moraes, 1989, p. 162-163). Em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, militantes das Ligas Camponesas ocuparam pontos estratégicos da cidade e ficaram aguardando a chegada das armas prometidas pelas lideranças da resistência (Moraes, 1989, p. 161-162).

O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, assumiu o comando da Rádio Nacional e convocou o povo para sair às ruas e dar uma resposta categórica à marcha golpista (Skidmore, 1975, p. 364). Jurema comunicava aos ouvintes que as forças governamentais estavam rechaçando as tropas do general Mourão e que a coluna do general Crisanto já marchava, sem encontrar resistência, em direção a

¹⁵O repórter Marcos Sá Correa descobriu documentos sobre o período Goulart na Biblioteca Lyndon Johnson, no Texas, os quais revelaram o que ocorreu no dia 31 de março de 1964 em Washington (Gaspari, 2002, coluna da Folha de S. Paulo, 12/9/99).

¹⁶Consultar também o depoimento de Neiva Moreira (Moraes, 1989, p. 325-326).

São Paulo (Schilling, 1979, p. 78-79).

De repente, naquela manhã de 1º de abril, o Presidente da República recebeu um telefonema do general Jair Dantas Ribeiro. O ministro da Guerra dirigiu a Goulart um ultimato seco: exigia uma declaração do presidente contra o CGT; caso contrário, não poderia mais garanti-lo no poder. Surpreso com a súbita ousadia de seu auxiliar, o chefe de Estado disse que não podia abrir mão de nenhuma força que o estava apoiando. Ribeiro respondeu: “A partir desse momento, presidente, não sou mais seu ministro da Guerra”. Goulart travou, então, um áspero diálogo com o general, dizendo: “O senhor está me abandonando”. O ministro retrucou: “Não. O senhor é que está fazendo uma opção”. No dia anterior, Ribeiro havia declarado, em uma nota oficial, que reassumia o comando das Forças Armadas e que iria abafar o movimento golpista (Silva, s.d., citado por Gaspari, 2002, p. 103; Chagas, 1985, p. 46). O que, afinal, estava ocorrendo? Por que essa mudança tão repentina de posição? Perplexo, Goulart nomeou o general Armando de Moraes Âncora para a pasta da Guerra. O general Oromar Osório ficaria no comando do I Exército (O Estado de S. Paulo, 4/4/64).

Começaram a chegar, então, uma sucessão de informações adversas. Os generais Golbery do Couto e Silva, Castelo Branco e Costa e Silva haviam lançado um manifesto acusando Goulart de conluio com os comunistas e, ainda, de ter caído na ilegalidade. Os três oficiais prometiam que o Exército restauraria a legalidade para o bem do Brasil (Gaspari, 2002, p. 105-106). Até à noite do dia anterior, os conspiradores estavam achando que a precipitação do golpe tinha sido uma imensa patacoada. O Presidente da República sentiu que algum fato novo havia ocorrido. Apenas isso poderia explicar essa mudança tão abrupta da situação.

O comandante da 3ª Zona Aérea, brigadeiro Francisco Teixeira, homem-chave do dispositivo militar do governo, passou a alegar que não era possível ordenar a decolagem dos aviões porque estava chovendo (Pinheiro Neto, 1993, p. 124). O marechal Odylio Denys estava telefonando para os comandantes das tropas que haviam sido deslocadas para rechaçar o levante de Mourão Filho a fim de aliciá-los. O marechal havia conseguido a deserção do Regimento Sampaio. Desfalcado de sua principal força, o general Cunha Melo foi obrigado a negociar a rendição próximo a Petrópolis (Bandeira, 1973, p. 474; Schilling, 1979, p. 79; Moraes, 1997, p. 125; Pinheiro Neto, 1993, p. 124; Chagas, 1985, p. 39; Gaspari, 2002, p. 93-94). O secretário-geral do PCB

telefonou para o brigadeiro Francisco Teixeira para saber se tinha condições de bombardear o Palácio da Guanabara. “Meus tenentes já estão todos do outro lado”, respondeu Teixeira (Moraes, 1989, p. 195). O Norte já havia aderido ao movimento golpista e Minas estava em pé de guerra (Villa, 2004, p. 219). Em São Paulo, a Polícia Militar estava ocupando prédios estaduais e invadindo prédios federais. O Exército havia tomado a Baixada Santista para garantir o funcionamento das refinarias. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) prendia líderes sindicais e da esquerda. Em Santos, dirigentes sindicais foram presos (Chagas, 1985, p. 34). O comandante do II Exército, general Amaury Kruehl, decidiu aderir ao golpe e estava deslocando suas forças para o Rio de Janeiro (Skidmore, 1975, p. 363). Juscelino telefonou para Goulart a fim de confirmar que os governadores de Minas, São Paulo e Rio contavam com o apoio do general Kruehl, o que significava, praticamente, a derrota do governo (Pinheiro Neto, 1993, p. 51). As tropas do II Exército poderiam cruzar a fronteira entre Rio e São Paulo a qualquer momento (Chagas, 1985, p. 43). E as tropas do general Mourão Filho se aproximavam, também, da cidade maravilhosa.

Goulart não sabia, ainda, o que havia ocorrido. Reclamou a Assis Brasil: “Nosso esquema militar fracassou inexplicavelmente. Só conto com o III Exército” (Villa, 2004, p. 217). Chegou, então, a informação de Porto Alegre, transmitida pelo general Ladario Pereira Teles, de que o general Benjamin Galhardo, a quem substituíra no comando do III Exército, estava apoiando o golpe (Villa, 2004, p. 226). Transtornado, sem saber o que fazer, o chefe de Estado começou a sentir-se encurralado (Villa, 2004, p. 221).

No final da manhã do dia 1º de abril, San Tiago Dantas trouxe, então, a mensagem do Embaixador Lincoln Gordon, que esclarecia tudo. Em tom de ameaça, Gordon comunicou a Goulart que o governo dos Estados Unidos estava disposto a reconhecer o estado de beligerância proclamado por Magalhães Pinto e pretendia intervir militarmente no Brasil, caso irrompesse a guerra civil. San Tiago Dantas transmitiu, também, a informação de que uma frota da Marinha americana havia saído do Caribe no dia 31 e estava se aproximando das costas brasileiras. O ataque ao Palácio da Guanabara seria o sinal para os *mariners* entrarem em ação (Pinheiro Neto, 1993, p. 52; Bandeira, 1973, p. 474-475; Chagas, 1985, p. 42; Depoimento de Darcy Ribeiro a Moraes, 1989, p. 303-304; Parker, 1977, p. 103-104). Goulart percebeu que não adiantava mais resistir, o movimento golpista estava ciente de que contava

com o apoio de Washington e desarticulava as posições governistas com uma facilidade impressionante.

Sem terem conhecimento, ainda, da mudança que ocorria, os almirantes Paulo Mário e Cândido Aragão solicitaram a autorização do presidente para esmagar a resistência montada por Lacerda (Bandeira, 1973, p. 474). Goulart negou a autorização dizendo que não queria que atentassem contra a integridade física do governador. O almirante Cândido Aragão foi obrigado a inventar para os seus comandados a justificativa de que não poderia permitir o bombardeio porque as estruturas dos prédios vizinhos seriam abaladas e muitos ruiriam, causando a morte desnecessária de civis (Chagas, 1985, p. 45).¹⁷ Para as forças que permaneciam alinhadas do lado do governo, aguardando ordens, Goulart passou a recomendar cautela porque não queria derramamento de sangue¹⁸. Indignado, o ministro Oliveira Brito prognosticou: “Este governo vai cair sem um tiro” (Villa, 2004, p. 219).

Os ministros permaneciam reunidos no Palácio das Laranjeiras revezando-se, quase roucos, na transmissão de discursos inflamados, em tom triunfal, pelas rádios Nacional, Mayrink Veiga e Mauá. Às 12 horas e 45 minutos, demonstrando pressa, Goulart avisou a todos que iria fazer uma inspeção e dirigiu-se ao aeroporto, sem deixar qualquer instrução, a não ser um aviso ao general Assis Brasil — não queria choque militar (Cf. Schilling, 1979, p. 84; Skidmore, 1975, p. 364; Chagas, 1985, p. 46; Parker, 1977, p. 107; Villa, 2004, p. 217; Gaspari, 2002, p. 103).

O governador Arraes enviou um telegrama ao comitê de resistência instalado na sede do Departamento de Correio e Telégrafos comunicando, em tom dramático, que a sede de seu governo estava cercada pelas tropas do IV Exército. Ao tentar localizar Goulart para transmitir-lhe a notícia que vinha de Recife, o coronel Dagoberto Rodrigues foi surpreendido pela informação de que o presidente havia voado para Brasília (Schilling, 1979, p. 84). O coordenador da resistência não estava, ainda, a par da situação porque a reviravolta havia ocorrido de forma muito súbita. Por isso, pediu aos políticos, sindicalistas e militares que estavam reunidos no DCT para aguardarem ordens porque o presidente estava se dirigindo para a capital federal com a intenção de comandar a liquidação

definitiva e exemplar do golpe (Villa, 2004, p. 218).

Quando os ministros perceberam que tinham sido abandonados pelo chefe de Governo ficaram desorientados. O general Assis Brasil convocou uma reunião e expôs, em dez minutos, a situação. Com base nas recomendações recebidas de Goulart, o chefe da Casa Militar explicou a todos que não havia mais condições de permanência no Rio. A cidade estava prestes a ser dominada por tropas golpistas. O general iria para Brasília porque no Rio não havia mais condições para qualquer resistência. O marechal Osório e o ministro da Marinha manifestaram a vontade de resistir dizendo que nem tudo estava perdido. Assis Brasil insistiu: a ordem deixada pelo presidente era para não reagir ao golpe. O deputado Tenório Cavalcanti se conformou: “Já não existe mais governo. Vou-me embora”. Alguns ministros rumaram para o aeroporto a fim de tentar chegar a Brasília. Outros procuraram fugir sem saber para onde. Antes de viajar para a capital, o almirante Cândido Aragão ordenou aos fuzileiros e marinheiros o retorno para as suas unidades e pediu-lhes para contarem a todos que uma batalha havia sido perdida, mas não a guerra. O brigadeiro Francisco Teixeira recebeu um grupo de foragidos na Terceira Zona Aérea. Em tom alegre e otimista, procurou acalmar a todos. Explicou que havia recebido do presidente a informação de que a intervenção militar não duraria mais que quinze dias. Na tarde do dia 1º de abril, após a fuga de Goulart para Brasília, o Palácio das Laranjeiras estava completamente abandonado e as emissoras de rádio do governo, profundamente silenciadas (Villa, 2004, p. 218-219; Moraes, 1989, p. 164; Chagas, 1985, p. 47; Pinheiro Neto, 1993, p. 125-126).

A passagem por Brasília

Goulart chegou ao aeroporto de Brasília às 15 horas do dia 1º e voou de helicóptero até a Granja do Torto onde estavam Maria Tereza e os filhos. Enquanto as malas eram feitas, precisou dar satisfações a seus correligionários garantindo que ficaria na capital federal para organizar a resistência. No final da tarde, reuniu-se com as lideranças parlamentares do governo. Após analisar a situação junto com Tancredo Neves, Doutel de Andrade, Arthur Virgílio, Temperani Pereira e Almino Affonso, chegou à conclusão que não havia mais condições para uma solução política para a crise. Estava claro para todos que, se a resistência fosse ordenada, correria sangue.

Desconhecendo a verdadeira intenção de Goulart, Tancredo Neves redigiu o texto de um pronunciamento presidencial que seria gravado em

¹⁷Consultar também os depoimentos de Cândido Aragão e Neiva Moreira concedidos a Moraes (1989, p. 164 e 325-326).

¹⁸Depoimento de Ivo Corseuil, chefe do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), até 1º de abril de 1964, a Carvalho (2004).

fitas de áudio: “Estou firme na defesa e ao lado do povo. Do povo, em que acredito e em quem deposito a certeza da vitória da nossa causa. Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários, contando com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares do nosso país”. O manifesto foi divulgado pela rádio Nacional de Brasília. Depois, Goulart recebeu um comunicado de Porto Alegre, por rádio. O general Ladário garantiu que estavam todos firmes lá no Sul na defesa do mandato do presidente e que iriam montar uma resistência contra o golpe. O comandante do III Exército fez o convite providencial: “Embora com algumas defecções, dominamos a situação e lutaremos pela liberdade do nosso povo. Se o senhor quiser, pode vir para cá”. Acompanhado de uma comitiva de ministros e políticos, Goulart abandonou a granja do Torto e dirigiu-se à Base Aérea de Brasília. Às 22 horas e 30 minutos, voou para Porto Alegre num avião da FAB (Parker, 1977, p. 107; Chagas, 1985, p. 50-51; Revista Veja, 30/3/94; Gaspari, 2002, p. 111; Villa, 2004, p. 220-223).

Darcy Ribeiro permaneceu em Brasília para comandar a resistência. Determinou ao deputado Marco Antônio providências para prender Auro de Moura Andrade, além do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa, do deputado Bilac Pinto e do senador Milton Campos (Villa, 2004, p. 225-226). E marcou para o dia 2 a tomada do Congresso Nacional com mil candangos que estavam abrigados no Teatro Nacional (Villa, 2004, p. 226).

O golpe parlamentar

Na madrugada do dia 2, durante o voo de Goulart para Porto Alegre, o senador Auro de Moura Andrade reuniu parte do Congresso Nacional na esperança de votar o *impeachment*. Havia feito a convocação da sessão extraordinária às 23 horas e 45 minutos. A sessão foi aberta à 1 hora da madrugada. Estavam presentes 29 senadores e 183 deputados. Não havia *quorum*. E Goulart não tinha renunciado e nem deixado o território brasileiro. Não violara, portanto, o Artigo 66 da Constituição que exigia a aprovação do Poder Legislativo para toda viagem feita pelo presidente para o Exterior. Goulart continuava, portanto, presidente de fato e de direito até aquele instante. Naquele momento, estava num avião voando pelo céu do Sul do Brasil. Presidindo a sessão, mesmo sem dispor de justificativa legal, mesmo sem contar com *quorum* regimental, alegando, apenas, que Goulart deixara, por força dos notórios acontecimentos, o governo da

República, o senador Moura Andrade, sem qualquer votação, declarou vaga a Presidência da República. No plenário, houve palmas, gritos e palavrões. “Canalha! Canalha! Canalha!”, ficou berrando Tancredo para Moura Andrade. Inutilmente. A sessão foi encerrada às 3 horas e o golpe parlamentar estava consumado. Imediatamente, às 3 horas e 45 minutos, o presidente do Supremo Tribunal Federal empossou o presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzili, no cargo de Presidente da República (Skidmore, 1975, p. 365; Parker, 1977, p. 111; Revista Veja, 30/3/94; Villa, 2004, p. 224-226).

A passagem por Porto Alegre

No dia 1º, quarta-feira, Brizola havia requisitado ao general Ladário Teles, comandante do III Exército, as estações de rádio e televisão para promover uma nova Cadeia da Legalidade.¹⁹ O cunhado do Presidente tinha organizado, também, um ato público. Da sacada do prédio da Prefeitura de Porto Alegre, havia feito um discurso violento para concitar seus irmãos gaúchos a pegarem em armas. As faixas levantadas por populares pediam armas e diziam que havia chegado a hora da revolução. Seguiram-se apenas agitações sem maiores conseqüências. O governador Ildo Meneghetti havia fugido para o interior do Estado (Skidmore, 1975, p. 365; Villa, 2004, p. 227).

Goulart chegou a Porto Alegre às 3 horas e 15 minutos do dia 2, quinta-feira, meia hora antes da posse de Mazzili. Foi recebido com súplicas de correligionários para montar a resistência e saiu do aeroporto escoltado por tropas do III Exército. Exausto, descansou por quatro horas. Ao despertar, reuniu-se, — no próprio quarto onde havia dormido —, com Ladário Teles, Brizola e mais quatro generais. O comandante do III Exército acreditava na possibilidade de resistir contrariando a opinião dos demais oficiais que consideravam uma aventura organizar uma resistência naquele momento. Teles tentou persuadir Goulart a assumir o comando da luta armada: “Vossa Excelência é um homem do povo, nossa resistência aqui levantará a opinião pública no resto do país”. Goulart agradeceu a lealdade do general e respondeu: “Não desejo derramamento de sangue na defesa de meu mandato”. Indignado, Brizola reagiu de forma violenta: “Organize o seu governo provisório. Vamos resistir”. O herdeiro da Carta Testamento de Vargas se recusou a aprovar qualquer movimento

¹⁹Em agosto de 1961, os ministros militares de Jânio Quadros, após a renúncia deste à Presidência da República, haviam decidido que não permitiriam a posse do vice-presidente, João Goulart. Brizola comandou um movimento que garantiu a posse do cunhado. Este movimento foi denominado Cadeia da Legalidade.

em defesa da legalidade. Brizola agrediu verbalmente o cunhado insistindo que o Rio Grande do Sul poderia resistir, era preciso, apenas, distribuir armas ao povo. Esforço inútil. Goulart já havia admitido a derrota e recusou a missão que julgava politicamente inoportuna. Brizola teve uma crise de choro ao constatar que os reacionários haviam vencido de forma fulminante, sem qualquer reação do governo (Skidmore, 1975, p. 365; Schilling, 1979, p. 86; Chagas, 1985, p. 53; Moraes, 1997, p. 123; Gaspari, 2002, p. 113; Villa, 2004, p. 223-228).

De fato, naquele momento, era inútil resistir. Ao fugir do Rio, sem emitir qualquer declaração ao povo, Goulart havia tornado impossível uma resistência em Porto Alegre. O povo gaúcho não estava disposto a restituir o poder a um presidente que traía seus correligionários. O III Exército, em peso, já havia aderido ao movimento golpista e os regimentos do interior marchavam em direção à capital do Estado. Notícias vindas do resto do país davam o golpe como fato consumado. Tropas de Curitiba se aproximavam lenta, mas inexoravelmente, de Porto Alegre (Skidmore, 1975, p. 365; Schilling, 1979, p. 86-87; Chagas, 1985, p. 52-53; Gaspari, 2002, p. 113; Villa, 2004, p. 227).

O presidente deposto precisaria se apressar, se não quisesse ser preso. Dona Neusa, sua irmã, lhe dirigiu um último apelo: “Janguito, não podemos abandonar essa gente assim no mais. Vamos ficar todos e resistir, para o que der e vier”. Não adiantava, Goulart já havia decidido ir embora. Disse, apontando para o cunhado: “Eu não sou revolucionário, o revolucionário é o Brizola aí. Vocês se acertem com ele”. Após 8 horas e meia de permanência em Porto Alegre, antes do meio-dia, o ex-presidente fugiu de avião para uma de suas estâncias, em São Borja, localizada perto da fronteira, onde já estavam Maria Teresa e os dois filhos (O Estado de S. Paulo, 4/4/64; Schilling, 1979, p. 85; Villa, 2004, p. 228-231).

Às 13 horas, a cadeia de emissoras da Legalidade anunciou que o presidente havia ficado algumas horas em Porto Alegre para examinar as condições de resistência ao golpe e decidira dispensar o sacrifício do povo gaúcho e brasileiro (Villa, 2004, p. 229). Logo depois, a capital foi tomada pelas tropas golpistas (Chagas, 1985, p. 53).

Goulart permaneceu dois dias em São Borja. Foi informado que o movimento golpista estava se radicalizando. Assis Brasil convenceu o ex-chefe da Nação a pedir asilo político ao governo uruguaio (Skidmore, 1975, p. 365-366). Junto com a sua família, o presidente deposto deixou o Brasil no sábado, 4 de abril, seguindo de avião para o Uruguai

(Parker, 1977, p. 114). Brizola permaneceu até fins de abril no Rio Grande do Sul deslocando-se na região da fronteira, de uma fazenda para outra, a fim de ludibriar seus perseguidores. Constatando que seria preso se ficasse mais tempo no país, o cunhado do ex-presidente viajou para o Uruguai vestindo uma farda de soldado da Brigada Militar (Skidmore, 1975, p. 366; Schilling, 1979, p. 87; Revista Veja, 30/3/94; Gaspari, 2002, p. 113-114; Villa, 2004, p. 230).

A consumação do golpe

Ao chegarem à cidade do Rio de Janeiro, as tropas do general Mourão Filho marcharam pela Avenida Brasil e se dirigiram à estação da Central do Brasil para tomar o Ministério da Guerra. Mais rápido, um outro conspirador, o general Arthur da Costa e Silva, havia destituído os oficiais leais a Goulart e arrebatado para si o comando das Forças Armadas autoproclamando-se ministro da Guerra e comandante supremo da revolução (Chagas, 1985, p. 41; Revista Veja, 30/3/94; Gaspari, 2002, p. 109; Villa, 2004, p. 225).

O almirante Paulo Mário havia abandonado o prédio do Ministério da Marinha e Abelardo Jurema tinha sido preso no aeroporto Santos Dumont (Villa, 2004, p. 221). A rádio Nacional foi tomada com o respaldo de dois tanques e cem soldados do Exército (Villa, 2004, p. 218-219). O general Âncora, nomeado por Goulart para o Ministério da Guerra de manhã, havia aderido ao golpe à tarde (Villa, 2004, p. 221-222).

Com uma rapidez surpreendente, menos de dezoito horas após a investitura inconstitucional de Ranieri Mazzili, e antes mesmo da saída de Goulart do país, Lyndon Johnson enviou um telegrama ao presidente brasileiro felicitando-o pela investitura e reconhecendo, irrestritamente, o novo governo: “Queira aceitar minhas sinceras congratulações pela investitura de V. Exa. como Presidente dos Estados Unidos do Brasil. O povo norte-americano acompanhou com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas por sua grande Nação e admirou a vontade resoluta da comunidade brasileira para superar essas dificuldades dentro do quadro da democracia constitucional e sem luta civil” (Bandeira, 1973, p. 475; Skidmore, 1975, p. 394-395; Parker, 1977, p. 112-114; Schilling, 1979, p. 210).

Na praia do Flamengo, grupos paramilitares cercaram a sede da UNE, espancaram estudantes e incendiaram o prédio da entidade. Na Praça da Bandeira, a redação do jornal Última Hora foi, também, queimada. As sedes do Clube dos Sargentos, da Associação dos Marinheiros e de vários

sindicatos de trabalhadores foram depredadas (Chagas, 1985, p. 49; Moraes, 1989, p. 167; Villa, 2004, p. 221).

Durante o comício na Cinelândia, um grupo de generais da reserva distribuía panfletos em defesa da insurreição. De repente, das janelas do prédio do Clube Militar, os soldados começaram a disparar seus fuzis para dispersar a concentração. Bastaram alguns tiros para impedir a realização do comício. Cinco civis foram mortos na confusão (Chagas, 1985, p. 49; Moraes, 1989, p. 166).

Uma passeata promovida pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira redundou na morte de um menor de 12 anos e de uma senhora de 65. Seis pessoas foram feridas à bala, dois dos quais em estado grave (Villa, 2004, p. 221).

Em Recife, o general Justino Alves Bastos havia exigido a renúncia do governador Arraes. O governador não renunciou. Imediatamente, a Assembléia Legislativa se reuniu e aprovou o seu *impeachment*. Arraes foi levado para uma prisão em Fernando de Noronha. Os estudantes fizeram passeatas de protesto nas ruas da capital pernambucana e dois deles foram mortos pelos militares (Villa, 2004, p. 222).

Na sexta-feira, 3 de abril, a União Democrática Nacional (UDN) lançou uma *Nota Oficial* louvando o patriotismo, a bravura e a desambição pessoal das Forças Armadas e congratulando-se com os golpistas pela vitória fenomenal contra a ditadura comunista. Os udenistas declararam que se colocavam inteiramente ao lado das Forças Armadas para todas as medidas necessárias à salvaguarda da democracia. O jornal *O Estado de S. Paulo* festejou a surpreendente vitória considerando o golpe como um “esmagamento completo, e desta vez, definitivo, do Estado Novo” (Benevides, 1981, p. 125-126).

Milhares de pessoas fizeram passeatas pelas ruas do Rio para comemorar a derrubada do Presidente da República. A classe média saiu às ruas com bandeirinhas do Brasil presas na antena de rádio de seus carros. Buzinavam e gritavam: “Um, dois, três, Jango no xadrez”. Dos prédios, caíam papéis picados. As pessoas aplaudiam e soltavam gritos de apoio, sem entender porque não havia pessoas das classes populares nessa estapafúrdia manifestação de júbilo (Moraes, 1989, p. 167; Villa, 2004, p. 219-220).

Conclusão

Retornemos à questão proposta no início do artigo. O Presidente da República tinha o controle das Forças Armadas e dos sindicatos, além de contar com o apoio dos grupos de esquerda e de parte considerável da opinião pública. Por que, então, ele

foi deposto de forma tão fulminante, sem manifestar qualquer reação?

A partir da reconstituição cronológica, linear, dos fatos, e amparados pela teoria marxista de Estado, sugerimos que o chefe de Governo e as forças da esquerda foram derrotados de forma surpreendente por não distinguirem claramente política institucional e política revolucionária. Não perceberam que, ao ameaçar a sobrevivência de uma instituição chave do aparelho de Estado, — as Forças Armadas —, estavam ingressando na luta revolucionária de classes. Desde que haviam ameaçado a instituição, cujo papel crucial é resguardar o regime de propriedade dos meios de produção, não poderiam continuar atuando como se estivessem, ainda, no âmbito do jogo político institucional.

Na verdade, o presidente estava longe de querer assumir uma postura revolucionária. Por não querer promover uma situação de confrontação de classes, Goulart desistiu de organizar uma resistência ao movimento golpista. Ele percebeu que os conspiradores teriam o apoio efetivo do governo norte-americano bem como dos comandantes das Forças Armadas que retiraram o apoio ao chefe de Estado após a anistia concedida por este aos marinheiros insubordinados. Existiram, ainda, outros motivos que o levaram a desistir da resistência ao golpe. Ele acreditava que poderia retornar ao poder como o seu mestre, Vargas, havia retornado em 1950, nos braços do povo, cinco anos após a deposição militar. Acreditava que os eleitores interpretariam o golpe militar como destituição de um presidente que, um mês antes, havia concedido um reajuste de 100% no salário mínimo; acreditava que os eleitores interpretariam o golpe como deposição de um presidente que estava iniciando a reforma agrária no Brasil. Goulart acreditava, enfim, que os militares devolveriam o poder aos civis como haviam devolvido anteriormente durante todo o período republicano. Não levou em consideração o princípio de que a história não se repete.

Para finalizar, apresentaremos nossas considerações sobre as duas proposições expostas no início do artigo que ensejam conclusões pertinentes à teoria marxista de Estado.

Proposição 1: não foi o caráter burguês do Estado que inviabilizou um governo apoiado por sindicatos e por um partido de base operária confinado à ilegalidade.

Marx considerou que o Estado no capitalismo é um instrumento de dominação de classe da burguesia; fundamentalmente por garantir um regime jurídico determinado de propriedade dos meios de produção mediante um aparelho centralizado de repressão. O

aparelho de Estado é financiado por uma parcela da massa de mais-valia na forma de impostos, empréstimos e emissões inflacionárias de moeda. Por isso, em nações capitalistas, nenhum governante eleito democraticamente pode deixar de promover condições que favorecem a produção de mais valia sob pena de enfrentar uma queda nas receitas do Estado que tornaria inviável o governo. Em outros termos, é impossível manter-se no controle de um Estado burguês sem promover condições favoráveis à acumulação de capital.²⁰ Se partirmos dessa concepção de Estado, chegaremos à conclusão que um governante apoiado politicamente na classe trabalhadora, se ascendeu ao poder por vias democráticas, precisará renunciar ao princípio da luta fundamental de classes, — que envolve a negação do regime de propriedade e dos princípios da economia de mercado —, se não estiver disposto a enfrentar questões relacionadas ao fundamento burguês do Estado que confeririam à política um caráter revolucionário. Em suma, o caráter burguês do Estado, por si só, não inviabiliza a governabilidade quando um partido vinculado aos trabalhadores chega ao poder desde que este renuncie ao princípio da luta aberta de classes. No governo Goulart, a partir de dezembro de 1963, o Presidente da República assumiu, de forma dúbia, posições políticas que acabaram acarretando uma luta aberta de classes. No processo de mobilização de militares subalternos, que ocasionou a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, o regime de propriedade foi ameaçado pela perspectiva de desagregação do sistema de repressão que o garante sem que o presidente tivesse plena consciência disso e sem que ele jamais tivesse desejado isso. Ou seja, não foi a agenda da reforma agrária que ameaçou o regime de propriedade. Pelo contrário, tal reforma iria contribuir para consolidar não apenas o regime burguês de propriedade como a hegemonia política da burguesia sobre as oligarquias rurais. O golpe militar ocorreu, enfim, sem que o chefe de Governo houvesse tido a intenção de promover uma luta aberta de classes.²¹

Proposição 2: as mobilizações da sociedade civil patrocinadas pelo chefe de Estado com a finalidade de ampliar seus recursos políticos contribuíram para desestabilizar o seu governo.

Julgamos que no sistema político brasileiro o apoio da opinião pública pode não ser suficiente para conferir a um presidente a capacidade de executar reformas e

eliminar obstáculos ao desenvolvimento econômico. A *opinião pública* expressa a sociedade civil inerte, embora não passiva porque influencia as decisões do governo e do Congresso Nacional quando se exprime na forma de indicadores de pesquisas realizadas por institutos especializados. A sociedade civil pode ser arrancada deste estado de inércia através de intensas mobilizações para constituir um apoio político mais direto e incisivo ao governo. *Sob o ponto de vista meramente técnico da governabilidade*, a mobilização da sociedade civil é, porém, um recurso que pode desestabilizar o governo se vier a escapar do controle das lideranças do movimento. O Presidente da República, como comandante do aparelho de repressão do Estado, será forçado a garantir a ordem pública se não desejar ingressar na ilegalidade e se não estiver interessado em promover uma onda social revolucionária. Se abdicar desta sua função institucional deixando de reprimir e punir os manifestantes que mobilizou, provocará uma delicada crise de caráter institucional que, no governo Goulart, precipitou o golpe de Estado. No final de março de 1964, de forma considerada politicamente ingênua, o presidente desencadeou, sem querer, uma situação de luta aberta de classes sem haver desejado jamais promover uma revolução. A estratégia da mobilização de setores da sociedade civil, por ele adotada a partir de dezembro de 1963 para constituir apoio social às reformas de base, ensejou a mobilização, também, de militares subalternos. Ao anistiar os marinheiros rebeldes que os grupos a ele ligados haviam mobilizado, o chefe de Estado provocou a ruptura da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, ou seja, iniciou a desagregação da instituição que tem como função basilar a salvaguarda do regime de propriedade e desencadeou, assim, o levante da burguesia enquanto classe social. Em outros termos, fez a transição da política institucional para a política de caráter revolucionário sem ter, jamais, desejado promover a confrontação de classes.

Em suma, o Presidente da República foi deposto ao adotar uma estratégia política, — a mobilização de setores da sociedade civil e de militares subalternos —, que escapou de seu controle. Como chefe de Estado, precisava preservar a integridade das Forças Armadas mantendo a disciplina e a hierarquia; isto é, punindo a insubordinação dos marinheiros.

Os fatos que antecederam o golpe militar revelaram que o Estado constitui, basicamente, um instrumento de repressão que tem como finalidade a manutenção da ordem política, jurídica, econômica, social e institucional vigente. O presidente João Goulart foi deposto porque transgrediu este princípio fundamental do Estado. Não percebeu que, ao desautorizar o seu ministro da Marinha,

²⁰A respeito da teoria marxista de Estado, consultar, dentre outras obras: Engels, 1981; Marx, 1988; Marx, 1978; Marx, s.d.; Marx, e Engels, s/d.

²¹Goulart deixava muito claro aos grupos de esquerda que o apoiavam que não admitiria a subversão do regime político e econômico estabelecido no Brasil (Yamauti, 1994).

anistiando os marinheiros por este punidos, estava solapando os instrumentos utilizados pelo Estado para salvaguardar as relações de produção estabelecidas.

Enfim, ao chegar ao poder, havia renunciado ao princípio da luta aberta de classes e, todavia, involuntariamente, desencadeou essa luta ao adotar a estratégia de mobilização dos setores subalternos da sociedade. Quando a estratégia fugiu de seu controle, não podia mais exercer a sua função de chefe de Estado preservando as instituições mediante o uso da repressão aberta.

Referências

- BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BANDEIRA, M. *Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BENEVIDES, M.V.M. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro. (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BRANCO, C.C. Da conspiração à revolução. In: DINES, A. et al. (Ed.). *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, Editor, 1964.
- BRANCO, C.C. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 2.
- BRANCO, C.C. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- CARVALHO, J.M. 1964 visto por um araponga. *Caderno Mais! Jornal Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2004.
- CHAGAS, C. *A guerra das estrelas*. Porto Alegre: L e PM Editores, 1985.
- CORRÊA, M.S. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L e PM, 1977.
- D'AGUIAR, H. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- DIMAS FILHO, N. *Costa e Silva, o homem e o líder*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 1999 e 2004.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GUEDES, C.L. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas - o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JUREMA, A. *Sexta-feira 13*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.
- JUREMA, A. *Juscelino & Jango: PSD & PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- MARX, K. *O Capital, crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.
- MARX, K. *O Capital, crítica da Economia Política*, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Os Pensadores*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. cap. VI, p. 323-404.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: *Textos*, v. III, São Paulo: Alfa-Omega, s/d. cap. IV, p. 13-47.
- MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 64*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAES, J.Q. O colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, C.N. (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 1962/1963/1964.
- PARKER, P.R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PINHEIRO NETO, J. *Jango, um depoimento pessoal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- REVISTA MANCHETE, Rio de Janeiro: Bloch, 1963/1964.
- REVISTA VEJA, São Paulo: Editora Abril, 1994.
- SCHILLING, P. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979. v. 1-2.
- SILVA, H. *História*. São Paulo: Editora Três, sd.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- VILLA, M.A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.
- YAMAUTI, N.N. *Governo Goulart: processo ideal e processo real na reprodução política do capital*. 1994. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

Received on June 09, 2006.

Accepted on August 02, 2006.